

ATA DA 078ª SESSÃO ORDINÁRIA DA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA  
REALIZADA EM 10 DE JULHO DE 2012  
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Cesar Souza Junior - Ciro Roza - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Valter Gallina - Volnei Morastoni.

## SUMÁRIO

### Breves Comunicações

**DEPUTADO NEODI SARETTA** - Reporta-se à necessidade da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador.

**DEPUTADO SERAFIM VENZON** - Manifesta-se acerca do projeto que cria a Defensoria Pública em SC.

**DEPUTADA ANGELA ALBINO** - Analisa os projetos que preveem a criação da Defensoria Pública no estado.

**DEPUTADO JAILSON LIMA** - Pede o pagamento das dívidas do estado com o Hospital Regional Alto Vale; comenta a desfiliação do PSD do vereador Roberto Schulze, de Rio do Sul.

### Partidos Políticos

**DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES** - Parabeniza o estado pela retomada dos cursos de formação de

cabos e sargentos; comenta o projeto que cria a Defensoria Pública.

**DEPUTADO SANDRO SILVA** - Ressalta o consumo de álcool por adolescentes, apesar da proibição legal.

**DEPUTADO JOARES PONTICELLI** - Pede coerência nos discursos sobre a Defensoria Pública.

**DEPUTADO NILSON GONÇALVES** - Convoca a representação política de Joinville para discutir o asfaltamento da estrada do Rio do Morro; faz um apelo visando à reativação do Fórum Permanente de Demarcação de Terras Indígenas.

**DEPUTADO NILSO BERLANDA** - Informa que protocolará projetos para beneficiar o varejo catarinense; aborda os projetos que criam a Defensoria Pública.

**DEPUTADO MOACIR SOPELSA** - Destaca a crise que afeta a suinocultura.

**DEPUTADO MAURO DE NADAL** (aparte) - Defende o controle da produção de suínos.

**DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI** (aparte) - Informa que os produtores do sul do estado já definiram a pauta de reivindicações ao governo federal.

**DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER** (aparte) - Pondera que o auxílio à suinocultura é urgente.

**DEPUTADO VOLNEI MORASTONI** - Analisa a situação dos hospitais públicos de Santa Catarina sob gestão direta do estado.

### **Ordem do Dia**

**DEPUTADO EDISON ANDRINO** (pela ordem) - Encaminha a votação da LDO.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) -  
Havendo quórum regimental e invocando a proteção  
de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à  
leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o  
expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Neodi Saretta,  
por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, sras.  
deputadas e catarinenses que acompanham esta  
sessão, como todos sabemos, o trabalho pode  
provocar doenças ou acidentes de forma mais  
frequente do que se imagina. O trabalhador, por  
sua vez, nem sempre possui informações sobre os  
riscos que vai encontrar. Como resultado disso  
surtem doenças como lesões por esforços  
repetitivos, surdez devido ao ambiente de trabalho  
ruidoso, intoxicação relacionada à exposição a  
substâncias químicas presentes nos ambientes de  
trabalho, além, é claro, de acidentes de trabalho  
que fazem inúmeras vítimas, muitas delas fatais.  
Inclusive, segundo dados apresentados pelo  
ministério da Saúde, são mais de 250 as doenças  
relacionados às condições de trabalho.

Tendo em vista a necessidade de informar os  
trabalhadores e empregadores sobre os riscos e  
doenças encaminhei, nesta semana, um requerimento  
criando nesta Assembleia Legislativa a Frente  
Parlamentar em Defesa da Saúde do Trabalhador.

O objetivo dessa frente é apoiar, incentivar e  
assistir a estudos relativos à defesa e saúde do  
trabalhador, conferências de segurança e saúde do  
trabalhador, audiências públicas e congressos.

Recentemente tivemos a oportunidade de  
participar de um grande movimento, de um grande  
ato promovido pelo Movida, que debateu exatamente  
estas questões.

A frente que propusemos buscará a elaboração  
de propostas para uma política estadual de saúde  
que tenha como objetivo a promoção da saúde e a

melhoria da qualidade de vida do trabalhador. As ações na área são voltadas à formulação e à implementação de políticas de proteção à saúde, visando à redução e eliminação do adoecimento e morte resultantes das condições, dos processos e dos ambientes de trabalho, bem como o aprimoramento da assistência à saúde dos trabalhadores. O foco de atuação são todos os trabalhadores presentes em áreas urbanas e rurais, abrangendo os do mercado formal, com carteira assinada ou não, do mercado informal, autônomos, desempregados e aposentados, inclusive na administração pública, conforme dispõe a Convenção n. 155, da Organização Internacional do Trabalho.

Na questão da administração pública, não existem controle e dados sobre as doenças oriundas no ambiente do trabalho. Cito como exemplo os mobiliários e equipamentos adquiridos pelo setor público em que não há um estudo a respeito das normas ergométricas.

É preciso trabalhar na prevenção de acidentes advindos do trabalho ou que ocorram no curso dele, por meio da eliminação ou redução dos riscos do ambiente de trabalho. A notificação é um direito assegurado ao trabalhador nas legislações trabalhistas, previdenciárias e sanitárias, constitui-se em importante instrumento para planejar e verificar eficácia das medidas de prevenção. A notificação aos órgãos de vigilância à saúde do trabalhador garante os dados necessários para pesquisas sobre doenças ocupacionais e acidentes ocorridos com os trabalhadores, possibilitando ainda orientar as políticas públicas visando à diminuição dessas ocorrências.

As doenças ocupacionais são absolutamente previsíveis. Não nos esqueçamos de que acidentes de trabalho não acontecem por acaso."

Por isso, srs. presidente e srs. deputados, é que encaminhamos a criação dessa frente parlamentar, que terá esses objetivos que citei, além da tarefa de ser uma motivador de debates e de proposição de ações visando à defesa da saúde e integridade do trabalhador.

Por isso, vejo como um ato muito importante e com certeza teremos agora, a partir do segundo semestre, diversas ações relacionadas a essa frente, principalmente após o período eleitoral, já que ela será uma frente que deverá, por um período relativamente longo, atuar em defesa das políticas públicas de prevenção na área da saúde dos trabalhadores.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, quero, de forma muito especial cumprimentar o dr. João dos Passos Martins Neto, procurador-geral do Estado, que atendendo a um clamor social, ao pedido de parlamentares e, especificamente, a uma vontade do governador Raimundo Colombo, elaborou o projeto de lei criando a Defensoria Pública de Santa Catarina.

A Constituição de 1988 estipulou deveres, mas também elencou inúmeros direitos, como os direitos à saúde, à educação, à segurança, direitos esses que dão qualidade de vida às pessoas. Além desses direitos, consta também na nossa Carta Magna o direito à assistência jurídica gratuita.

Em Santa Catarina somos 6,3 milhões de habitantes. Aproximadamente 20% estão inscritos no Cadúnico, ou seja, 1,2 milhão de pessoas passam o mês com menos de meio salário mínimo. Eu quero imaginar que certamente mais do que o dobro disso, ou seja, mais da metade da população catarinense passa o mês com menos de um salário mínimo.

Evidentemente que no nosso modelo social a pessoa que tem uma renda mensal menor ou igual a um salário mínimo dificilmente terá recursos para contratar assistência jurídica quando necessitar.

Então, quero cumprimentar o dr. João dos Passos Martins Neto que, atendendo a uma exigência do Supremo Tribunal Federal e a uma determinação do governador, que ouviu os apelos da sociedade catarinense, elaborou o projeto que cria a

Defensoria Pública e encaminhou-o a esta Casa para avaliação do Poder Legislativo.

Se nós citássemos aqui apenas um exemplo, falaríamos acerca dos deficientes físicos, a quem é assegurado o direito de comprar um carro especial, automático, com isenção do IPI, para poder locomover-se.

Mas nós nos perguntamos onde o deficiente vai buscar na sua cidade esse direito? Onde vai preencher os papéis? Ele vai precisar de um atestado médico, mas quem dará esse atestado? Ele só o conseguirá com algumas pessoas e ainda mediante o pagamento do valor de uma consulta de R\$ 150,00, R\$ 200,00, sendo que esse valor muitas vezes é maior do que a sua renda mensal. Então, é claro que o direito dele estará prejudicado.

O estado encaminhou a esta Casa o projeto que cria a Defensoria Pública, que, logicamente, não é perfeito, não atende a todas as aspirações sociais, não atende a todos os segmentos.

Hoje pela manhã, o deputado Romildo Titon, presidente da comissão de Constituição e Justiça, juntamente com o relator desse projeto, eminente deputado José Nei Ascari, realizou uma audiência para ouvir aqueles que já estudaram, aqueles que já encaminharam minutas de projetos para esta Casa, dando sugestões de como deveria ser montada essa Defensoria para atender às necessidades de todos os catarinenses.

Então, nessa audiência ouvimos inúmeras sugestões, muitas inexecutáveis, com certeza, mas com o tempo, nós e a sociedade, ou seja, todos aqueles que apresentaram sugestões, poderão melhorar o projeto.

Agora, com relação ao número de subsidiárias que terá a Defensoria Pública, já que a central ficará em Florianópolis, foi apresentada a sugestão de que houvesse uma em cada uma das 21 Associações de Municípios ligadas à Fecam - Federação Catarinense dos Municípios. Acho que melhor seria se pudessemos fazer isso em cada uma das 36 SDRs, mas agora é impossível.

Acredito que à medida que implantarmos a Defensoria Pública iremos fazendo as devidas

correções e com o tempo teremos um grande serviço montado, que garantirá a todos catarinenses o acesso aos seus direitos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra a próxima oradora inscrita, deputada Angela Albino, por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA ANGELA ALBINO - Sr. presidente, inicio minha fala dizendo que logo mais me dirigirei ao Auditório Antonieta de Barros para acompanhar o evento que está discutindo os 20 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo um balanço da sua implementação e fazendo também a defesa do coração do ECA, que é a proteção de crianças e adolescentes.

Muitos criticam o ECA sem o conhecer, certamente porque ele, como ferramenta jurídica, é muitíssimo avançado, mas percebem que parte da pauta que vamos tratar do Estatuto da Criança e do Adolescente é implementada apenas parcialmente no Brasil, ou seja, suas medidas coercitivas, mas precisamos da sua plena implementação, para que possa ter sua efetividade medida, de fato, pela população brasileira.

Srs. deputados, quero tratar de um tema que o deputado Serafim Venzon mencionou aqui - e vejam como é interessante a capacidade humana de observar realidades segundo sua perspectiva. Digo isso porque o tema da Defensoria Pública é muito caro ao movimento social. Há 23 anos se vem dizendo que esse é o caminho jurídico. Aliás, Santa Catarina deu um exemplo nacional de Joãozinho do passo certo. O Brasil inteiro já sabia que o caminho para a implementação da disposição constitucional era a Defensoria Pública, mas o estado de Santa Catarina insistia que fosse via Defensoria Dativa. Todos esses anos, muito especialmente nos últimos dez anos, o movimento social vinha dizendo que o caminho não era esse, mas os governos que se sucederam desde 1988 insistiram nesse formato. Finalmente o

Supremo Tribunal Federal disse o que sempre falamos, que o nosso modelo era inconstitucional.

Mas quero falar sobre isso a partir de uma perspectiva de gênero, das mulheres. A Lei Maria da Penha tem seis artigos diferentes que pressupõem a existência da Defensoria Pública para evitar a judicialização do conflito. Para nós interessa muito mais evitar que uma mulher sofra uma violência do que propriamente punir o agressor. É claro que queremos punir o agressor, mas muito mais do que isso queremos evitar que as mulheres sejam vítimas de violência. Esse é um dos papéis importantíssimos da Defensoria Pública, e sempre dissemos e continuamos a dizer que a Defensoria Dativa não pode cumprir esse papel, porque é um papel restrito às ações judiciais.

Nós queremos evitar que esse processo vá para o Judiciário, e quando se fez os cálculos dos custos da Defensoria, sempre insistimos que estavam errados e, além disso, que não contemplavam uma variante importante, que cada processo que não vai para o Judiciário é importante, que cada mulher que não sofre uma violência é importante para o estado brasileiro.

Vou dar outro exemplo que atinge as mulheres e que é muito concreto na maioria dos lares empobrecidos. As mulheres que estão sozinhas, as mulheres chefes de família, que são divorciadas ou que nunca constituíram um casamento, para elas o governo federal abriu uma linha especial de crédito a fim de que pudessem ter direito à moradia. Pois bem, a maioria dessas mulheres de fato cria sozinha seus filhos, um dia casaram e nunca mais conseguiram no Judiciário ter acesso sequer ao divórcio. Para essas mulheres ter ou não a Defensoria Pública representa a diferença de ter ou não, por exemplo, acesso a uma habitação. E não estou falando de qualquer mulher, mas de uma mulher empobrecida, cujos filhos dependem apenas dela, que já não conta com creche, que tem um salário baixo e não tem acesso sequer a um defensor público que possa dissolver os laços do seu casamento que já não existe de fato. Para elas a Defensoria Pública pode prestar um grande papel.

Aliás, em muitos municípios do país isso acontece. Precisa ser uma tendência dos governantes. É necessário instituir as Defensorias Públicas municipais especializadas, e já temos vários exemplos no país. Então, é possível fazer.

Como o movimento social sempre disse que o caminho era esse, que o processo legal era esse, que era inconstitucional a Defensoria Dativa, o mínimo que se esperava do governo era ouvir essas pessoas que há anos vêm debatendo esse assunto, convivendo com isso e estudando o tema, para que pudessem opinar. Foi construído um projeto de lei sabidamente com vício de origem, mas feito por iniciativa popular, que foi recebido na comissão de Constituição e Justiça e que nunca tramitou. Esse vício poderia ter sido corrigido pela iniciativa do governador, mas este mandou um projeto completamente diferente.

Dizer que audiência pública substitui ouvir as pessoas é brincar com a inteligência alheia. Uma coisa é ouvir as pessoas, outra é sentar numa cadeira e esperar o transcurso de uma audiência. É completamente diferente. Mas aí vão dizer que alguns de nós, como os deputados Dirceu Dresch, Neodi Saretta, Sargento Amauri Soares e Luciane Carminatti, que estão no plenário, podemos fazer emendas.

Sr. presidente e srs. deputados, é de uma ingenuidade atroz dizer que se um de nós apresentar uma emenda o governo vai aproveitá-la apenas porque ela é boa. Se fosse assim, outras emendas nossas, inclusive as orçamentárias, teriam sido contempladas pela definição final do processo legislativo nesta Casa.

Quando fomos para a audiência pública, a intenção era de ao menos dizermos que sabemos onde está errado. Não adianta dizer-nos que irão implementar e depois veremos como ficará. Se já começar mal, não se chegará a lugar algum. Se eu quero ir em direção à porta e dirijo-me para a janela, não irei chegar à porta, é lógico!

O que quero dizer com isso? Se o governo tem intenção leal e sincera de implementar a Defensoria Pública, precisa criar dentro do corpo

da lei um calendário que diga como vai implementá-la, explicitando, inclusive, as questões orçamentárias, mas principalmente - e aí não depende de Orçamento, depende de vontade política - a questão da autonomia do órgão.

Vejam os srs. deputados e deputadas que o governo criou um artigo capcioso, que diz que enquanto não houver defensores públicos concursados estáveis, as autoridades máximas dentro da Defensoria Pública serão constituídas por pessoa de livre nomeação do governador e de notório saber jurídico. Esqueceu o governador de dizer que (não, ele não vai excepcionar isso), durante três anos, que é o tempo que falta para terminar o seu governo, dirigirá a Defensoria Pública quem ele quiser.

Ora, claro que nos fica a impressão de que não serão pessoas comprometidas com esse tema, porque o governo nunca se comprometeu com a Defensoria Pública e não se compromete agora também com o instituto da defensoria pública, com o seu papel filosófico. Os nomeados serão pessoas que terão compromisso com o governo, porque a Defensoria Pública nasce sem orçamento definido e durante três anos quem vai conduzi-la é alguém do governo, sem nenhuma autonomia.

Então, tão logo a Defensoria Pública se torne um instrumento incômodo, por exemplo, advogando contra o estado, que se garroteie a instituição por questões meramente administrativas. Não há nenhum aceno na lei de que a Defensoria Pública vai para algum lugar maior do que aquele em que está hoje. Não há nenhum aceno na lei de que se possa tornar aquele um órgão independente de fato, um órgão com autonomia e que esteja conectado com os interesses do povo catarinense e não com os interesses dos governantes catarinenses, porque esses passam e a lei e o povo ficam.

Portanto, faremos as nossas emendas, mas certamente elas serão derrotadas se o governo não se dispuser a construí-las conosco. O apelo que fazemos é à sensibilidade da base do governo, a fim de que trate desse tema com o governador, convencendo-o de que precisa construir um aceno.

Para onde caminha? O que pretende fazer com a Defensoria Pública? É uma ferramenta importantíssima da qual nem conhecemos a relevância, porque nunca a tivemos. Mas tão logo a tenhamos, o povo catarinense vai entender o que é precisar ter acesso a um remédio, por exemplo, que é de competência do governo do estado e que não está sendo dado. Ele, então, vai poder acionar judicialmente, como faz hoje com o governo federal, o governo do estado para garantir aquele que é o seu direito, que é assistência à saúde e tantas outras questões como as que colocamos aqui.

Por isso, rogamos que o governo tenha essa sensibilidade em nome das mulheres catarinenses, para que a Defensoria Pública seja o que de fato é sua vocação constitucional, um instrumento para proteger especialmente o povo empobrecido do estado de Santa Catarina.

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputada Angela Albino.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, venho a esta tribuna, nesta tarde, depois dos comentários da nossa colega Angela Albino sobre a Proposta de Emenda Constitucional n. 0003/2012 e sobre o Projeto de Lei Complementar n. 0016/2012, que tratam da criação e do funcionamento da Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

Quero aqui tratar de duas grandes linhas. A primeira é reconhecer o avanço que representa o fato de estarmos debatendo esse tema nesta Casa. A segunda é fazer as minhas considerações sobre o texto e salientar que temos um conjunto de emendas, algumas delas já apresentadas e outras a serem apresentadas ainda.

Como disse, é preciso reconhecer e valorizar o grande processo de mobilização que foi construído nos últimos anos por esta Casa. Acredito que o movimento maior aconteceu nos últimos cinco, seis anos e que há dois anos esse movimento fechou com a apresentação de um projeto de lei de iniciativa

popular, com contou com mais de 50 mil assinaturas. O projeto veio para esta Casa, mas infelizmente não tramitou e sequer serviu de subsídio para a elaboração do projeto que agora o governo apresentou.

Foi notável a mobilização dos movimentos de moradores de rua, de negros, de mulheres, de centrais sindicais, enfim, de todos os movimentos populares, além de pessoas da área do Judiciário que defendem a instalação da Defensoria Pública e que hoje, na audiência pública, mostraram mais uma vez a sua força, a sua determinação, contribuindo, criticando e posicionando-se.

Srs. deputados e sras. deputadas, quero trazer presente algumas coisas sobre o PLC n. 0016 e a PEC n. 0003. Está claro na introdução de ambos os projetos que só foram elaborados por determinação do Supremo Tribunal Federal. Vê-se claramente, deputado Sargento Amauri Soares, que há um enorme receio de comprar, no linguajar popular, uma briga ou criar algum constrangimento com a OAB.

Não queremos aqui discutir se o trabalho da OAB foi bom, se o trabalho foi prestado, se Defensoria Pública é boa. Não! Nós queremos fazer um debate sobre a importância de Santa Catarina, a exemplo dos demais estados da federação, ter a sua Defensoria Pública conforme determina a Constituição Federal.

Infelizmente, o estado catarinense, que não reconhece as suas mazelas, o sofrimento do seu povo, mais uma vez diz o seguinte: nós somos os bons, não precisamos da Defensoria Pública, não temos pobres e nem discriminação no estado e não precisamos de um órgão público eficiente para defender o cidadão catarinense.

Mas a verdade é a seguinte: nós já temos o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, o Poder Judiciário para condenar o cidadão, mas não temos um órgão, uma instituição para defender o cidadão que não tem condições financeiras de contratar um advogado de qualidade para defendê-lo. Isso faz com que a discriminação com as mulheres, com os negros, com os moradores de favelas, com os presos grasse. Há pessoas

apodrecendo na cadeia e que já poderiam estar soltas, mas não há ninguém que as defenda para tirá-las da prisão, sendo que suas penas já estão vencidas. Os depoimentos são de arrepiar.

A OAB pode até ter feito um bom trabalho, mas não tinha estratégia alguma para realizar acordos extrajudiciais, sem necessariamente judicializar todas as questões. Então, é isso que queremos. Não queremos estabelecer uma disputa com a OAB, queremos criar uma instituição séria, pública, com autonomia gerencial, com autonomia financeira, para atuar em prol da comunidade discriminada do nosso estado.

Então, srs. deputados, sras. deputadas, todos que nos acompanham, o projeto que está aqui não nos satisfaz. Sabemos que simplesmente apresentar emendas, deputado José Nei Ascari, que é o relator do projeto e que tem uma tarefa importante, não adianta.

Assim, estamos apelando para a sensibilidade do governador, pois não queremos criar um órgão para somente fazer convênios com a OAB, mas um órgão que de fato esteja ao lado da sociedade catarinense, que possa até fazer um trabalho de parceria, principalmente no período transitório, seja com a OAB ou com estudantes universitários que fazem um belo trabalho estado afora.

Então, estamos muito preocupados e queremos que ocorra a ampliação do número de defensores públicos. Estão falando em 14 regionais e várias emendas de deputados já propõem novas regionais. Mas se tivermos 20 defensores, vamos ter apenas um defensor em cada regional, o que é um absurdo! O projeto de iniciativa popular previa 300 defensores públicos concursados; eu falaria em, no mínimo, 100 defensores para começar o serviço.

Outra questão importante é que da forma como está o projeto, a instituição ficará absurdamente passível de influência política! Nós precisamos enfrentar essa discussão. Quanto custa de fato o convênio com a OAB? Fala-se em uma dívida de R\$ 90 milhões, ou seja, R\$ 3 milhões ou R\$ 4 milhões por mês. Precisamos fazer uma avaliação da relação custo/benefício e buscar alguns dados de outros

defensores públicos que já existem em Santa Catarina - no Tribunal de Justiça e na Justiça Militar -, onde o custo é baixíssimo.

Nós não podemos simplesmente dizer que a criação da Defensoria Pública representa mais um custo para sociedade catarinense, temos que pensar nos benefícios que a sua criação trará para a sociedade catarinense. O estado tem a função de proteger a sociedade através das suas instituições, dos seus órgãos, ou seja...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Dirceu Dresch.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Sr. presidente e srs. deputados, é importante fazer um pedido oficial aos secretários de estado da Saúde, da Fazenda e ao governador.

Durante o governo de Luiz Henrique da Silveira, deputado Moacir Sopelsa, o estado manteve um compromisso de contribuição com o Hospital Regional Alto Vale, um hospital que além de atender a todo o Alto Vale atende a uma região com 28 municípios, principalmente tudo o que ocorre na BR-470 em termos de politraumatismos. O hospital é o centro de referência cardiológico da região de Curitibanos, Lages, mas há exatamente nove meses o governo do estado não repassa nenhum centavo para sua manutenção.

Em conversa com o presidente do hospital, dr. Giovani Nascimento, ele me apresentou uma planilha que me deixou preocupado, tendo em vista que se fala tanto em cuidar das pessoas, em priorizar a saúde, mas há exatamente nove meses o hospital não recebe um centavo do convênio firmado. De acordo com essa planilha, o hospital está com um valor de R\$ 1.117.826,00 de contas de alta complexidade paradas, que não foram encaminhadas por falta de AIHs - Autorizações de Internação Hospitalar -, assim discriminadas: 80 contas de cirurgias cardíacas, 17 contas neurológicas e sete contas de

cirurgia vascular, totalizando os R\$ 1.117.825,00 que o estado deve ao Hospital Regional Alto Vale, deputado Dirceu Dresch. Além disso, há 533 contas de média complexidade paradas há mais de 30 dias e ainda não fechadas também por falta de AIHs, num total de R\$ 905.567,00. Esses valores o estado há nove meses não repassa ao Hospital Regional Alto Vale. Ou seja, há um furo no valor de R\$ 2.023.393,00 de atendimentos sem a perspectiva de recebimento de AIHs!

O diretor do Hospital Regional Alto Vale diz o seguinte em documento encaminhado ao secretário de Saúde:

(Passa a ler.)

"[...]

Diante dos fatos, solicitamos sua especial atenção no sentido de viabilizar a liberação das AIHs acima dispostas com o respectivo pagamento das mesmas o mais breve possível, visando à continuidade dos serviços prestados pelo Hospital Regional Alto Vale.

De outra parte, esclarecemos que os procedimentos requeridos sempre foram disponibilizados pelo governo do estado, conforme acordo verbal firmado alguns meses atrás." [sic]

Então, aqui a nossa solidariedade ao dr. Giovanni Nascimento, presidente daquele hospital.

Srs. deputados, quando fomos verificar qual o conjunto da dívida do hospital, vimos que é de R\$ 12.503.898,40. No entanto, desses R\$ 2.023.393,00 que já deveriam ter sido processados o estado sequer está repassando as AIHs, o que nos deixa preocupado porque daqui a pouco as cirurgias cardíacas e eletivas terão que ser canceladas.

Então, fica aqui o nosso pedido enfático ao secretário da Saúde, Dalmo Claro de Oliveira, e ao governador.

Ao mesmo tempo, também quero fazer um registro. Ontem estive na Câmara de Vereadores de Rio do Sul para acompanhar uma solenidade de homenagens e lá também acompanhamos o ato de desfiliação do PSD de um dos vereadores mais votados naquela, deputado Nilso Berlanda, o ex-delegado Roberto Schulze, que já foi presidente do

Democratas, do PFL e está no seu quarto mandato de vereador.

Pois bem. Ontem ele se desfilou do PSD porque, na sua avaliação, no seu partido não há espaço para debates. Como diz ele, nas reuniões a receita do bolo já está pronta. Mesmo sendo vereador - e já foi líder de governo -, troca suplente, entra suplente e ele sequer é comunicado, assim como projetos de lei chegam na Câmara Municipal e ele sequer é chamado. O dr. Roberto Schulze, além de desfiliar-se do PSD, não será mais candidato a vereador naquela cidade por esse partido.

Eu, no meu pronunciamento na Câmara de Vereadores de Rio do Sul, disse que, quando fui prefeito daquela cidade, o vereador Roberto Schulze foi o meu maior adversário. Sempre fez uma oposição sistemática, a exemplo do que já fez o PT nesta Casa, mas sempre fez o bom combate. Pessoalmente fiz-lhe o convite para que viesse para o Partido dos Trabalhadores, porque no PT não há cacique e o debate é aberto.

Então, publicamente, queremos dizer ao dr. Roberto Schulze que continua de pé o convite do nosso partido, porque ele é um grande quadro político do município de Rio do Sul, e nós nos orgulhamos disso, até mesmo porque em 2006 ele deveria ter sido candidato a deputado, quando eu fui candidato pela primeira vez. Mas o PFL, por uma decisão da direção, mais especificamente, do prefeito, optou por apoiar o ex-prefeito de Ituporanga, o Carlão. Em 2010 novamente o dr. Roberto Schulze era candidato, mas teve que abrir mão e o candidato foi o dr. Jorge Teixeira, que hoje é deputado conosco. Agora ele pleiteava ser candidato a prefeito de Rio do Sul e também teve que abrir mão devido a uma decisão do partido, dos caciques do partido.

Com tudo isso, ontem ele acabou desfiliando-se do PSD e nós reafirmamos o convite para que venha para a nossa coligação na cidade de Rio do Sul, que tem o atual vice-prefeito, o Gariba, do PMDB, como candidato a prefeito e Jean Pier Xavier de

Liz, um jovem empresário do Partido dos Trabalhadores, como candidato a vice.

Concluindo, reiterar o pedido de pagamento da dívida que o estado tem com o Hospital Regional Alto Vale, já que há nove meses não é repassado um centavo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o sr. deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, quem nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, quero, inicialmente, fazer o registro da formatura da nova turma de cabos do Corpo de Bombeiros Militar, na última sexta-feira. Este parlamentar teve a honra de ser paraninfo, de forma absolutamente desinteressada, pois todos nós sabemos que na maioria das vezes o deputado é convidado para ser paraninfo das mais diversas turmas de formandos e na imensa maioria das vezes a intenção é que pague a festa ou ajude na solenidade de formatura. E esses companheiros me convidaram de forma absolutamente desinteressada, apenas para ser efetivamente seu paraninfo, o que para nós foi uma honra.

Então, quero parabenizar todos os formandos, que são bombeiros com mais de 20 anos de serviço e que certamente recebem uma injeção de ânimo para continuar na profissão, na expectativa de que nos próximos anos possam fazer o curso de sargento e continuar na carreira prestando serviços à sociedade catarinense.

Eles estão entre outros tantos soldados antigos que aguardam também o dia de ser chamados à realização do curso. Aliás, outro curso começou ontem. Formou-se uma turma na sexta-feira e outro curso, com outras 30 vagas, começou ontem.

Gostaria de parabenizar a instituição, o seu comando e torcer para que tanto no do Corpo de Bombeiros Militar quanto na PM, que está realizando 1.500 vagas de cabo, haja sempre essa celeridade, essa organização, esse cronograma para que o efetivo de toda a instituição tenha uma perspectiva e possa fazer seu planejamento pessoal, profissional e familiar de quando mais ou menos chegará a sua vez de ser chamado ao curso de cabo e em seguida ao curso de sargento.

Quero parabenizar ainda o governo do estado por essa mobilidade um pouco maior que tem dado, tanto no ano passado quanto neste ano, com relação ao que havia nos anos anteriores.

Por fim, a minha fala, nesses cinco minutos que já estão quase no fim, sr. presidente, é sobre a audiência pública realizada na manhã de hoje, pela comissão Constituição e Justiça, sobre a Defensoria Pública.

Não tenho tempo para historiar a audiência, quero apenas dizer que o projeto do governo do estado que está na Casa não contempla a vontade popular, o desejo popular, a história de luta em defesa da Defensoria Pública e tem sido muito contestado pela sociedade civil e pelas autoridades, principalmente pelo Ministério Público Federal. O seu conteúdo é muito ruim, não só porque cria apenas 20 vagas inicialmente, mas por já nascer subordinada ao governador do estado, o que lhe tira a autonomia, e também por já vir com uma vinculação, com um sinal congênito com a Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB/SC.

Vamos, nas próximas oportunidades, com mais tempo, voltar a esse assunto para falar mais, aquilo que pensamos sobre o que precisa ser a Defensoria Pública no estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Sargento Amauri Soares.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PPS.

Com a palavra o sr. deputado Sandro Silva, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, o assunto que vou tratar hoje diz respeito a uma reportagem da revista Veja que traz como capa a matéria intitulada "Menor mais álcool, proibido, mas ninguém liga".

A reportagem traz dados alarmantes e faz com que toda a sociedade brasileira acenda a luz vermelha com relação aos adolescentes, a quem a legislação proíbe o consumo de álcool. A reportagem mostra que de cada três adolescentes um se embriagou nos últimos doze meses e que beber enquanto se é jovem aumenta em 70% o risco em dependência de drogas, entre elas o próprio álcool, que é uma das nossas piores drogas e que é tida como legal em nosso país.

Intitulando de vergonha nacional, a matéria fala do alto consumo de álcool por jovens de todas as classes, sem que os órgãos responsáveis pela fiscalização deem a devida importância. A lei que proíbe o consumo de álcool por menores de idade é ignorada olímpicamente pelos jovens, pelas autoridades e principalmente por aqueles que deveriam zelar pela integridade física deles, que são os próprios pais e parentes.

Uma pesquisa inédita feita em sete capitais do país mostra que menores de idade que tentam comprar bebidas alcoólicas têm sucesso em 70% das tentativas. Esse número, por causa da lei que proíbe, deveria ser de 0%. A pesquisa feita com 15 mil pessoas mostra que 11% dos adolescentes brasileiros já se embriagaram na presença de pais e tios. Esses dados não dizem respeito a uma classe específica, estão atingindo todas as classes sociais.

O consumo de bebida em excesso por jovens não só desenvolve comportamento de risco como pode também causar graves danos ao organismo. Além disso, aumenta o risco de engravidar, adquirir doenças sexualmente transmissíveis, sofrer acidentes de carro, envolver-se em brigas e tirar

notas baixas na escola. Não bastasse isso, quando esses jovens se tornam adultos podem vir a se tornar dependentes de álcool, tido como droga lícita, como também de drogas ilícitas e ainda desenvolver depressão ou transtorno mental.

O problema é que temos inúmeras leis em todos os níveis da federação, tanto na esfera federal, estadual e até mesmo na esfera municipal, que proíbem o consumo seja em bares, postos de combustíveis e danceterias, mas a fiscalização tem-se mostrado completamente frágil para combater essa prática nociva.

Os proprietários de estabelecimentos dão de ombros para as leis e para a proibição do consumo de álcool por menores. A toda hora menores entram em danceterias e saem carregados por amigos após embriagar-se. E os estabelecimentos vendem álcool para os menores porque têm certeza da impunidade.

É preciso um comprometimento maior de todos, a começar na própria casa do adolescente, pelos órgãos fiscalizadores, pelas polícias para que nossa juventude cresça sadia, sob pena de o próprio estado pagar a conta mais tarde, como já vem pagando, com hospitais lotados de jovens que se acidentam após a ingestão de álcool ou de clínicas de reabilitação lotadas por jovens e adultos que em algum momento abriram a porta para o consumo de drogas através do álcool.

Por fim, não são necessárias novas leis, mas que se cumpram as que já existem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PP.

Com a palavra o sr. deputado Joares Ponticelli, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, srs. deputados, infelizmente, deputado Romildo Titon, não integro mais a comissão de Constituição de Justiça que v.exa. comanda com tanta competência. Como disse no meu discurso de despedida, fiquei muito lisonjeado, em primeiro

lugar, pelo respaldo que a bancada do Partido Progressista me deu de permanecer naquela comissão durante 12 anos e, em segundo lugar, pela oportunidade de conviver tanto tempo com v.exa., que conduziu e conduz aquela comissão com muita responsabilidade, com muita imparcialidade.

Infelizmente, repito, hoje não integro mais a comissão, mas gostaria muito de ter participado da audiência pública, porque a Defensoria Pública, deputado Sargento Amauri Soares, é um assunto recorrente naquela comissão. Há muito tempo se discute isso e eu lamento profundamente não ter tido a oportunidade de participar, mas é um assunto sobre o qual não vou omitir-me, porque tenho uma opinião clara a respeito, deputado Valter Gallina, ainda mais que agora, como condição de presidente da Unale, sei que o nosso modelo era o sonho de consumo da maioria das Assembleias do Brasil, ou seja, na maioria dos Parlamentos se sonhava com uma Defensoria Pública que desse a resposta que a nossa Defensoria Dativa dava.

Então, quero entrar muito firmemente nesse debate, até para mostrar que aquilo que se discursa aqui muitas vezes não é bem o que se pratica no governo federal, deputado Edison Andrino. E quero ler um pedacinho do discurso da nossa companheira, senadora Ana Amélia Lemos, que integra a base do governo federal, proferido no dia 21 de maio de 2012, exatamente sobre esse tema, deputado José Nei Ascari.

Disse a senadora Ana Amélia sobre a Defensoria Pública Federal, que é o modelo que se pretende adotar aqui e que é o que tanto se defende e tanto se discute nesta Casa.

(Passa a ler.)

“Segundo dados da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais, o atendimento jurídico gratuito não está sendo feito de forma ideal, porque a Defensoria Pública da União não possui número suficiente de defensores públicos e servidores de apoio. Falta material de escritório, acesso a novas tecnologias, como *internet*, veículos, e até mesmo local digno de trabalho.

Os brasileiros que não podem pagar pelos serviços de um advogado têm o direito de contar com assistência jurídica ampla, feita pela Defensoria Pública da União, mas na prática estão abandonados.

Apesar de a carreira de defensores públicos ter sido regulamentada em 1995, até hoje sequer tem um quadro próprio de funcionários.”

Isto é muito importante, deputado José Nei Ascari! Em 1995, prezado líder Edison Andrino, a Defensoria Pública da União foi regulamentada, mas até hoje não tem um quadro próprio de funcionários! E parece-me que aqui, deputado Jorge Teixeira, quer-se exigir do estado o atendimento da decisão do STF e da negligência que houve até agora, deputado Dóia Guglielmi, já num primeiro momento!

Eu trago esse assunto para que se tenha responsabilidade no discurso, porque daqui a pouco se exige demais do governo de Santa Catarina e de menos do governo federal. É preciso ser coerente na hora do discurso!

Mas segue a nossa senadora:

(Continua lendo.)

“A Defensoria Pública da União conta até hoje com apenas 489 defensores, como já disse há pouco, para atender a um público de cento e trinta milhões de brasileiros, em três mil órgãos de justiça e da administração pública federal, em defesa da população carente.”

Então, 489 defensores públicos, deputado Nilso Berlanda, para 130 milhões de brasileiros? Imagine qual seria a proporção em Santa Catarina? Não fiz essa conta ainda, mas vamos fazê-la para enriquecer e contribuir para o debate.

E segue a senadora:

“O quadro nacional de servidores precisaria dispor de quase três vezes o número de defensores públicos que hoje trabalha.

No Rio Grande do Sul números também apontam o descaso do governo com esse serviço. De todas as comarcas federais no estado não chegam aos dedos da mão o número de representações da Defensoria Pública da União no estado do Rio Grande do Sul, o

que é muito triste e lamentável. O estado gaúcho conta apenas com poucos defensores públicos federais para atender a uma população carente de mais de cinco milhões de pessoas, ou seja, quase metade da população gaúcha que ganha até três salários mínimos.

Vejam, senhoras e senhores, no meu estado seriam necessários 516 defensores contra 31 que atuam nas comarcas da Justiça Federal. Como disse, em cidades que não chegam a cinco. Portanto, o número dos dedos da mão. São 31 defensores, quando a necessidade é de 516, no caso de Defensoria Pública da União.”[sic]

A senadora se estende naturalmente e eu não tenho tempo na tribuna para ler todo o seu pronunciamento, que é muito consistente e exige de nós uma postura, repito, de coerência. Se o estado de Santa Catarina se omitiu durante décadas, não podemos exigir que o atual governo tenha que implantar já a estrutura ideal, quando a união ainda não o fez. E olha que a união arrecada, deputado Jorge Teixeira, 70% de todos os tributos do Brasil. Aliás, essa é a nossa briga, deputado Gelson Merisio.

Enfim, eu continuo convencido de que o modelo mais eficiente, de maior capilaridade, que mais atende à população é o modelo que tínhamos, o da Defensoria Dativa. Infelizmente, deputados Moacir Sopelsa e Nilson Gonçalves, não sei se faltou competência do estado para convencer o STF nessa questão, pois não conseguimos mostrar à Justiça, deputado Dóia Guglielmi, que o nosso modelo era mais eficiente, atendia melhor.

Então, quero fazer um discurso coerente aqui e quero, nesse nível de coerência, que se faça o debate. Se a união até hoje não conseguiu fazer, que se adote o mesmo discurso aqui. Vamos fazer um discurso com responsabilidade! Não é tão simples assim, tem que apontar também de onde vai sair o dinheiro para sustentar essa estrutura toda, porque o meu medo, deputado Volnei Morastoni, é que acabe saindo de onde sempre saiu: da Educação, da Saúde e da Segurança. O meu medo é que se

retire, sim, daquelas ações que são essenciais para o estado.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Obrigado, deputado Joares Ponticelli.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, pela manhã alguns deputados estiveram reunidos com o governador para tratar de direcionamentos relacionados à verba de R\$ 3 bilhões que deve aportar em Santa Catarina e que deve também ser objeto de reunião na comissão de Finanças no dia de amanhã, onde estará presente o secretário de Infraestrutura, deputado Valdir Cobalchini. Certamente será uma reunião concorrida, porque trata de interesses diversos de parlamentares deste estado, que estão nesta Casa trabalhando e defendendo suas regiões.

Nosso apelo nessa reunião será, mais uma vez, que seja incluído nesse financiamento o asfaltamento da estrada do Rio do Morro, por aonde se chega a Joinville vindo de Araquari, deputado Sandro Silva, e v.exa. tem interesse nisso porque se elegeu com a massa popular daquela região e hoje defende toda a nossa região nesta Assembleia.

Amanhã vamos acompanhar *pari passu* essa discussão na comissão de Finanças para vermos incluído no financiamento esse asfaltamento. Já existe até a ordem de serviço para o asfaltamento daquela rodovia. Logo, não há mais o que discutir, é uma questão apenas de bom senso incluir no rol de obras a serem construídas com essa verba a estrada do Rio do Morro e a duplicação da rua Santos Dumont e da Dona Francisca também, que dá acesso à nossa região industrial e que no final do dia fica intransitável.

Se não aproveitarmos essa oportunidade, quando vamos poder incluir em outro tempo? Então, amanhã iremos tratar desse assunto, deputado Kennedy

Nunes, e v. exa. certamente vai olhar com muitos bons olhos para isso, porque se for prefeito vai facilitar, inclusive, a sua vida na administração do município.

Eu quero fazer um apelo ao deputado Antônio Aguiar, do PMDB, ao deputado Kennedy Nunes, do PSD, ao deputado Jailson Lima, do PT, e convocar também o deputado Sandro Silva, do PPS, juntamente com o deputado Darci de Matos, que está de licença, para fazermos uma reunião amanhã a fim de reativarmos o nosso fórum permanente que trata da questão da demarcação de terras indígenas.

Marcamos amanhã, às 14h30, com o pessoal da Associação de Proprietários de Terras do Município de Araquari e Região, uma reunião na Procuradoria-Geral do Estado. Eles querem conversar com o procurador-geral para se munirem de mais elementos para enriquecerem o processo judicial com mais informações.

Eu gostaria de aproveitar essa oportunidade em que eles estarão aqui para me reunir com esse pessoal da associação, a fim de tomar conhecimento das últimas reuniões que realizaram, para saber onde podemos efetivamente ser úteis a essas pessoas que estão na iminência de perderem suas terras. Até porque a demarcação foi retomada de acordo com a Portaria n. 152, do ministério da Justiça, que restabeleceu o processo demarcatório daquelas terras consideradas indígenas no município de Araquari, que abrangem quatro lavras denominadas pela Funai como reservas indígenas: Morro Alto, Pindoty, Pirai e Tarumã.

Por essa razão, acho interessante que façamos a reunião com esse grupo de pessoas para que possamos ajudá-las de alguma forma, até porque em outras regiões de Santa Catarina está sendo encontrada uma solução para esse problema. No oeste está acontecendo ou vai acontecer a compra de terra. Parece-me que serão liberados R\$ 10 milhões para a compra de terras no Paraná para que os índios daquela região possam ir morar no lado dos seus irmãos lá no Paraná.

Então, está-se encontrando uma solução para o problema e abrindo uma janela para a solução do

problema de Araquari, que poderia ser também algo parecido, até porque há uma gleba de terra que é do governo federal e que poderia perfeitamente resolver o problema de assentamento dos índios da nossa região. Aliás, eles querem ficar ali, quem não quer é a Funai, que quer a metade de Araquari para eles.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Moacir Sopelsa) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Nilso Berlanda, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Cumprimento o sr. presidente, os membros da mesa e os demais deputados aqui presentes.

Em primeiro lugar, quero agradecer a correspondência recebida do presidente da Fecomércio, Bruno Breithaupt; da Associação Comercial e Industrial de Curitiba, cujo presidente é Newton Fabris; e do diretor da Fecomércio, Marcos Arzua, cumprimentando-nos pela posse.

Quero dizer ao presidente da Fecomércio, Sérgio Medeiros, que estivemos reunidos na última semana quando discutimos alguns projetos que podem trazer benefício ao varejo catarinense. Provavelmente estaremos discutindo nos próximos dias um projeto que isenta o ICMS sobre os juros cobrados na prestação no varejo catarinense.

Portanto, quero agradecer ao Sérgio Medeiros e a toda a diretoria da Fecomércio, onde existe uma grande ansiedade em busca dessa isenção, que já foi feita em outros estados, onde não se cobra o ICMS sobre os juros praticados na prestação para quem compra a prazo.

Também temos outra solicitação a ser feita neste plenário, que é a busca do parcelamento do ICMS no final de cada ano. Ou seja, pelo menos nos últimos cinco anos a federação, juntamente com a CDL de Curitiba, procurou manter uma audiência

com os governadores Luiz Henrique e Raimundo Colombo, para conseguir um parcelamento do ICMS sobre as vendas de dezembro. E agora, nos próximos dias, juntamente com a Fecomércio e as CDLS deveremos apresentar esses dois projetos nesta Casa.

Gostaria de cumprimentar o vereador de Imbituba que está-nos visitando na tarde de hoje, Zeli Pires; também Willi Valdemar Kern, ex-vereador de Brunópolis, que nos visita juntamente com sua sobrinha.

Quero falar sobre a audiência pública de que participei ontem, juntamente com outros deputados estaduais e federais, na qual discutimos a liberação do Parque de Arvoredo na cidade Bombinhas. Quero dizer àquela comunidade que se fez presente no dia de ontem, pescadores, comerciantes, enfim, toda a população, que foi conquistada a liberação para o turismo daquele local.

A indústria de Bombinhas é o turismo e felizmente conseguimos que pelo menos seja explorado o turismo no Parque de Arvoredo. Quem ganha com isso é o comércio local, é o morador, é o turista.

Falávamos com o secretário da Infraestrutura, Valdir Colbachini, sobre a preocupação daquele município com o segundo acesso à cidade, pois sabemos que na temporada fica quase impossível transitar pelo acesso hoje existente, que permite chegar às praias mais bonitas de Santa Catarina: Bombas, Bombinhas, Zimbro, Quatro Ilhas e Mariscal. O secretário Valdir Colbachini nos colocou que o maior entrave é ambiental, mas vamos discutir mais de perto essa questão.

Também não poderia deixar de falar sobre a Defensoria Pública. A minha região, onde está inserido o município de Curitibanos, que represento, é uma das mais pobres de Santa Catarina. Se não me falha a memória, o município de Timbó Grande é um dos mais pobres do estado catarinense e se for aprovada a Defensoria Pública com o número previsto de defensores e regionais, certamente Curitibanos ficará de fora.

Eu gostaria de deixar registrado, neste momento, que sou favorável que seja aumentado o número que está sendo discutido. Portanto, fica o registro deste deputado, sr. presidente, de que devemos aumentar o número de regionais por toda Santa Catarina. Parece-me que a discussão é em torno de 20 ou mais. A minha sugestão é que seja colocada uma Defensoria Pública em cada SDR.

Dessa forma, certamente Curitibanos será atendida com uma regional da Defensoria Pública, que, como disseram os meus colegas, não pode ser objeto de nomeações políticas.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Moacir Sopelsa, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Nilson Gonçalves, que preside neste momento a sessão, sras. deputadas, srs. deputados, imprensa, quero pegar um ganchinho na colocação do deputado Nilso Berlanda sobre os núcleos da Defensoria Pública. Eu comungo da ideia de que tenhamos um critério para estabelecê-los e esse critério poderia ser a divisão estabelecida na Fecam, até porque temos que ter consciência do que vamos fazer, do que vamos construir.

Fala-se muito, deputado Neodi Saretta, sobre a Defensoria Pública, mas, repito, é preciso ver realmente o que se está construindo, a fim de que a população possa ser atendida quando necessitar de um advogado. É uma matéria importantíssima e esta Casa tem que discutir e encontrar o melhor encaminhamento.

O que me traz hoje à tribuna desta Casa é um comentário que quero fazer sobre a situação da suinocultura em Santa Catarina, deputados Neodi Saretta, José Milton Scheffer e Mauro de Nadal, que são de regiões onde ela é forte.

Temos que começar a olhar alguma coisa diferente, porque diariamente recebo dezenas de

telefonemas sobre a situação da suinocultura. Na minha região 12 municípios, se não me falha a memória, decretaram de situação de emergência e estão com queda de receita, o que acaba refletindo-se na má prestação de serviços.

Há um sistema de produção consolidado em Santa Catarina, que é o sistema integrado, que vem tomando conta da produção independente. Não quer dizer que o sistema integrado tenha um custo de produção menor que o sistema independente, porque esse custo está calcado principalmente sobre dois produtos, deputado José Milton Scheffer: o milho e a soja. Mas o milho e a soja estão no mercado mundial. A China, o Japão e todos os países da Europa querem soja e milho para produzir carne. E temos que ter em mente que o produtor de soja e de milho também precisa ganhar dinheiro produzindo cereais, mas esse custo de produção não é suportado pela suinocultura e pela avicultura. Por quê? Porque além dessa concorrência, somos também um estado importador desses produtos.

Além disso, há a questão do frete. A distância entre o centro-oeste do país, de onde vêm esses insumos, e Santa Catarina é de, no mínimo, 1.000km. Então, o custo do frete fica entre R\$ 10,00 e R\$ 12,00. Ora, compra-se o milho por R\$ 18,00 na fonte produtora, mas ele chega ao estado por cerca de R\$ 30,00. Com isso, o preço do quilo do suíno chega a R\$ 2,70, sendo que o nosso produtor está vendendo a R\$ 1,70.

Conversando com um produtor no domingo, em Concórdia, ele me dizia que havia vendido matrizes a R\$ 0,80 o quilo, pois estava liquidando o seu plantel. Ele entregou a R\$ 0,80 porque não tinha mais condições de sobreviver.

Nós estaremos, srs. deputados, em Brasília, na próxima quinta-feira, no ministério da Agricultura e na Câmara dos Deputados, para tratar desse assunto grave, deputado José Nei Ascari, e ver como podemos orientar os nossos criadores de suínos. Porque o sistema integrado garantiu o seu espaço, mas o que fazer com os produtores independentes? O que fazer também com as indústrias, em função do custo de produção? Da

forma que está, amanhã ou depois não ficarei surpreso se as indústrias de Santa Catarina migrarem para regiões onde o milho e a soja têm um preço mais modesto.

Então, alguns encaminhamentos têm que ser feitos pelo governo estadual e pelo governo federal no sentido de garantirmos a atividade. Estamos perdendo, neste momento, os produtores particulares, independentes, mas quanto tempo vai demorar para perdermos também as nossas agroindústrias, que fazem parte da tradição de Santa Catarina? Talvez, deputado Silvio Dreveck, o planalto norte devesse produzir mais milho, mais soja e expandir sua suinocultura.

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado Mauro de Nadal - Primeiramente, quero parabenizar v.exa. pela importância do tema que aborda. Mas vejo como necessidade urgente que tanto o governo do estado de Santa Catarina quanto o governo federal adotem algumas medidas para dar segurança ao nosso agricultor. E a primeira delas é tentar controlar a produção, pois não podemos produzir mais do que o mercado demanda.

Em segundo lugar, quero dizer que se fez muito pelas montadoras de veículos para segurar o mercado, para garantir o emprego. Então, por que não se pode, neste momento de dificuldade, fazer alguma coisa específica pelo suinocultor? Se há problemas no mercado internacional, vamos reduzir a tributação no produto final para incentivar o consumo de carne suína internamente!

Por isso, quero parabenizar o governo do estado de Santa Catarina, porque depois de muita insistência parece que as coisas começam a clarear. O governo entrou com uma medida muito forte incentivando o consumo de carne suína, mostrando ao povo catarinense que consumir carne de porco não faz mal para a saúde das pessoas.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado Mauro de Nadal.

O Sr. Deputado José Nei Ascari - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado José Nei Ascari - Quero cumprimentá-lo, deputado, pela fala. Esse é um assunto que preocupa a economia catarinense. Eu conheço com profundidade toda essa problemática e a grave crise por que passa o setor produtivo de Santa Catarina.

Sou de uma região que produz muito, sobretudo com produtores independentes. Hoje pela manhã aconteceu uma reunião muito importante em Braço do Norte, com produtores de toda a região, e foi definida uma pauta de reivindicações que será apresentada em Brasília na próxima quinta-feira. Lá estaremos também para fazer coro a tantas lideranças que lá estarão, para tentar sensibilizar as autoridades para o problema.

É claro que parte da solução depende do produtor, no que tange especificamente ao controle na produção, mas temos convicção de que boa parte da solução depende do ministério da Agricultura.

Por isso, estaremos lá acompanhando essa comitiva, na expectativa de que algo possa ser sinalizado para que tenhamos uma perspectiva de futuro melhor para essa classe de produtores tão importante para a economia catarinense.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Muito obrigado, deputado José Nei Ascari.

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Deputado Moacir Sopelsa, v.exa. é a pessoa indicada para lidar com esse tema, pela sua experiência de parlamentar e de ex-secretário da Agricultura.

Não há nada mais urgente em Santa Catarina do que isso. Não podemos perder as nossas matrizes. A suinocultura tem uma dinâmica diferente de qualquer outro setor agrícola, pelo tempo de maturação e de organização que tem. Esse é um pedido de socorro que os suinocultores estão fazendo para o governo de Santa Catarina e do Brasil. O governo federal tem que olhar a

suinocultura de outra forma. Santa Catarina precisa fazer o dever de casa em termos de estrutura para esse setor, porque não é somente o suinocultor, é a cadeia produtiva da suinocultura que está indo por água abaixo, e são alguns milhões de empregos que estão sendo perdidos.

Nós vimos, neste país, todo o apoio dado para o setor automotivo. Agora é preciso olhar para a suinocultura. Por isso, o nosso empenho, o nosso esforço e os nossos cumprimentos a v. exa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputados José Nei Ascari, José Milton Scheffer e Mauro de Nadal - e vi que o deputado Neodi Saretta também pretendia dar um aparte, mas o meu tempo está-se esgotando -, realmente temos que fazer uma proposta para salvar uma das economias que têm, sem dúvida nenhuma, uma importância forte para o desenvolvimento do estado de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Volnei Morastoni, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Angela Albino, amanhã teremos mais uma audiência pública da comissão de Saúde desta Casa para debater a situação dos hospitais públicos de Santa Catarina sob gestão direta da secretaria de estado da Saúde. Digo isso porque temos hospitais públicos do estado que já estão sob a gestão de organizações sociais na saúde; temos outros hospitais públicos do estado que estão sob a gestão de terceiros, ou seja, de entidades que não se caracterizam exatamente como organizações sociais na saúde; e temos em torno de 14 ou 15 unidades hospitalares que estão sob a gestão direta da secretaria estadual da Saúde.

Essas unidades estão passando, como os hospitais em geral, mas vou ater-me à situação dos hospitais públicos do estado sob gestão direta da

secretaria estadual da Saúde, por sérias dificuldades, por muitos problemas, por uma situação gravíssima. Há falta de médicos, falta de enfermagem, falta de leitos, mas há quase 300 leitos fechados por falta de equipamentos.

Eu poderia falar aqui do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina. Recebi um dossiê do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina, que também foi encaminhado ao Sindicato dos Médicos, ao Conselho Regional de Medicina e ao Ministério Público Estadual. Esse dossiê coloca uma situação muito grave, e se não forem tomadas medidas de urgência urgentíssima os médicos do corpo clínico do Instituto de Cardiologia propõem a interdição imediata daquela unidade.

Faltam no Instituto de Cardiologia no mínimo 13 médicos e o concurso que foi realizado agora não previu vaga alguma para cardiologista do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina. No maior centro de referência em cardiologia de Santa Catarina há pacientes em recuperação de infarto do miocárdio ou de *angina pectoris* que estão sendo tratados em cadeiras ou em macas, sem monitoramento cardíaco, sem atenção da equipe médica ou da equipe de enfermagem, porque não há equipes suficientes para atendê-los. E muitos são pacientes com mais de 60 anos de idade!

Chega a um ponto que lembra uma história repetida muitas vezes na medicina, que é a história de Sofia. Ela ficou entre salvar um dos dois filhos em situação gravíssima. É o que está acontecendo com frequência com os médicos do Instituto de Cardiologia de Santa Catarina. Entre dois pacientes graves que chegam ao mesmo tempo no pronto atendimento, o médico de plantão tem que escolher sozinho qual paciente vai atender. É um dilema estressante, um dilema preocupante!

Faltam monitores cardíacos na unidade semi-intensiva e há aparelhos de eletrocardiograma que apresentam problemas frequentes. Falta espaço entre os leitos, entre as cadeiras e as macas, o que acaba prejudicando a privacidade dos pacientes e facilitando a propagação de doenças infectocontagiosas.

Poderia falar sobre o Hospital Regional Hans Dieter Schmidt, porque estive na audiência pública realizada na Câmara de Vereadores de Joinville há duas semanas. Lá a situação é a mesma: falta de médicos, falta de enfermagem, falta de equipamentos, sucateamento. Naqueles dias os pacientes estavam tomando banho frio porque a instalação hidráulica de água quente estava completamente corroída pela ferrugem, por mil problemas decorrentes da falta de manutenção há muito tempo.

Poderia falar do Hospital Infantil Joana de Gusmão, pois faz poucas semanas que participei de um evento que era um abraço àquele hospital para chamar a atenção do governador sobre a dramática situação de um nosocômio que é referência em Santa Catarina. Está com 80 leitos fechados, com alas que foram inauguradas e horas depois lacradas e com falta de profissionais.

Poderia falar ainda do Hospital Florianópolis, que há quatro anos está em obras de restauração que nunca terminam.

Pois bem, esses hospitais, essas situações serão debatidos amanhã na audiência pública que foi marcada com essa finalidade. E por isso estou convidando os deputados para participarem desse debate, porque não podemos mais adiar, não há mais como temporizar. O que me preocupa é que enquanto isso o governo do estado tem dois consultores contratados, ao custo de quase R\$ 1 milhão no ano, para possivelmente apresentar um relatório sobre a situação dos hospitais decorrente de uma avaliação que estaria fazendo.

Aqui lembro uma figura pela qual tenho grande apreço, o frei Beto, que diz que o ponto de vista parte de um ponto. Se esses consultores contratados defendem as organizações sociais é muito provável que esse relatório esteja eivado da pré-concepção do governo, que tem falado reiteradamente sobre a intenção de simplesmente entregar esses hospitais para as OS na saúde, como se isso fosse uma panaceia que fosse resolver os problemas e sabemos que não é.

Afirmamos em nosso relatório da comissão de Saúde que essas unidades de saúde, esses hospitais, precisam de autonomia administrativa e financeira, para estabelecer metas e ter uma gestão moderna.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Passaremos à Ordem do Dia.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0113/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que institui o Dia Estadual de Combate à Pirataria e à Biopirataria no estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Segurança Pública e de Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em segundo turno do Projeto de Lei n. 0324/2011, de autoria do deputado Gelson Merisio, que dispõe sobre o cadastro de compra, venda ou troca de cabo de cobre, alumínio, baterias e transformadores para reciclagem no estado.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Finanças e Tributação e de Economia, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único da admissibilidade da Proposta de Emenda constitucional n. 0002/2012, de autoria do deputado Elizeu Mattos e outros, que revoga o parágrafo único do art. 70 da Constituição do Estado de Santa Catarina (licença do governador e do vice-governador do estado).

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça pela admissibilidade.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada a admissibilidade.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0140/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública a Associação Beneficente Arne Johnsson, de Xanxerê.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0178/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, que declara de utilidade pública a Associação Jaraguense de Aquicultores, de Jaraguá do Sul.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0189/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública o Bloco Carnavalesco União da Ilha de Santa Catarina, de Florianópolis.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0191/2012, de autoria do deputado Romildo Titon, que declara de utilidade pública a Rede Feminina de Combate ao Câncer de Fraiburgo, do município de Fraiburgo.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0196/2012, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, que declara de utilidade pública o Blumenau Voleibol Clube, de Blumenau.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0201/2012, de autoria da comissão de Segurança Pública, que revoga a Lei n. 15.332, de 2010, que declara de utilidade pública o Clube de Radioamadores de São Bento do Sul - Crasb.

Conta com parecer favorável da comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0208/2012, de autoria do deputado Darci de Matos, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária e Recreativa de Garuva.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que será enviada ao destinatário a Indicação n. 0331/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

A Presidência comunica também que defere os Requerimentos n.s: 0665/2012, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0666/2012, de autoria do deputado Antônio Aguiar; 0667/2012, de autoria do deputado Nilso Berlanda; e 0668/2012, de autoria do deputado Reno Caramori.

Pedido de Informação n. 0057/2012, de autoria do deputado Serafim Venzon, a ser enviado ao comandante do Batalhão da Polícia Militar

Rodoviária de Santa Catarina, solicitando informações sobre qual o número de infrações por excesso de velocidade detectadas nos radares instalados na SC-474, entre os municípios de Blumenau e Massaranduba.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de Informação n. 0058/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado ao governador do estado e ao secretário da Assistência Social, Trabalho e Habitação, solicitando informações sobre o cumprimento integral das Leis n.s 15.390/2010 e 15.588/2011.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Conforme calendário pré-estabelecido, discussão e votação do Projeto de Lei n. 0146/2012, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro do ano de 2013, e adota outras providências.

Conta com parecer favorável da comissão de Finanças e Tributação.

Ao presente projeto foram apresentadas várias emendas aditivas e modificativas.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Vamos votar na forma do parecer da comissão de Finanças.

O Sr. Deputado Edison Andrino - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Edison Andrino, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, primeiramente gostaria de solicitar aos deputados que se encontram nos seus gabinetes que compareçam ao plenário para votar essa matéria que é importante.

Além disso, recomendo o voto "sim" a todos os deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Edison Andrino, é de conhecimento de todos os srs. deputados que às 16h temos a Ordem do Dia. Portanto, quem está na Casa muito provavelmente deva estar presente.

De qualquer forma, a Presidência suspende a presente sessão por três minutos para que os srs. deputados possam dirigir-se ao plenário.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Vamos votar a LDO.

Os srs. deputados que votarem "sim" aprovam a matéria e os que votarem "não" rejeitam-na.

(Procede-se à votação nominal por processo eletrônico.)

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER	
DEPUTADA ANA PAULA LIMA	
DEPUTADA ANGELA ALBINO	
DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR	
DEPUTADO CARLOS CHIODINI	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA JÚNIOR	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	
DEPUTADO DADO CHEREM	
DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT	
DEPUTADO DÓIA GUGLIELMI	
DEPUTADO DIRCEU DRESCH	sim
DEPUTADO EDISON ANDRINO	sim
DEPUTADO ELIZEU MATTOS	sim
DEPUTADO GELSON MERISIO	sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL	
DEPUTADO JAILSON LIMA	sim
DEPUTADO JOARES PONTICELLI	sim
DEPUTADO JORGE TEIXEIRA	sim
DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER	sim
DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI	sim
DEPUTADO KENNEDY NUNES	
DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI	
DEPUTADO MANOEL MOTA	sim
DEPUTADO MARCOS VIEIRA	
DEPUTADO MAURO DE NADAL	sim
DEPUTADO MOACIR SOPELSA	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	
DEPUTADO NEODI SARETTA	sim
DEPUTADO NILSON GONÇALVES	sim
DEPUTADO NILSO BERLANDA	sim
DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	
DEPUTADO ROMILDO TITON	
DEPUTADO SANDRO SILVA	sim
DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES	sim
DEPUTADO SERAFIM VENZON	sim
DEPUTADO SILVIO DREVECK	sim
DEPUTADO VALMIR COMIN	
DEPUTADO VALTER GALLINA	sim
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim

Consulto se todos os srs. deputados exerceram o direito do voto.

(Pausa)

Está encerrada a votação.

Colho o resultado.

Votaram 24 srs. deputados.

Temos 24 votos "sim".

A matéria está aprovada em turno único.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, conforme calendário especial.

Está encerrada a sessão.



